



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680260 - SP (2021/0219896-9)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FLÁVIO DE ALMEIDA PONTINHA - SP269293
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : BRENO DE SOUSA OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BRENO DE SOUSA OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução Penal n. 0001256-65.2021.8.26.0996).

O paciente cumpria sanção privativa de liberdade quando foi condenado a pena restritiva de direitos pela prática de novo delito. O Juiz singular procedeu à unificação das reprimendas, convertendo a restritiva de direitos em privativa de liberdade e fixando o regime fechado para o cumprimento.

Interposto agravo em execução, o Tribunal de origem negou provimento ao reclamo.

A impetrante sustenta que a condenação à pena restritiva de direitos teria ocorrido após o início do cumprimento da pena privativa de liberdade e, por isso, aplicar-se-ia, no caso, o art. 76 do Código Penal.

Defende que, havendo penas de naturezas diversas, a execução deveria ser iniciada pelas mais graves, adequando-se o seu cumprimento dentro de uma sequência lógica e temporal.

Requer, liminarmente e no mérito, a sustação da conversão da pena restritiva de direito imposta ao paciente em pena privativa de liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

No mais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente